

RELATÓRIO INTERNACIONAL SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 2017

Sumário Executivo

A Constituição consagra a liberdade de religião e culto e a igualdade para todos, qualquer que seja a crença religiosa. Concede autonomia aos grupos religiosos, para além do direito de ensinar a sua religião. Os grupos religiosos têm de se registar no governo.

Não houve relatos de acções significativas na sociedade que afectassem a liberdade religiosa.

Os quadros da embaixada dos EUA no Gabão, em visitas periódicas ao país, reuniram-se com altas autoridades do governo no Ministério da Justiça e Direitos Humanos e líderes religiosos para apelarem à continuação do respeito da liberdade religiosa.

Secção I. Demografia religiosa

O governo dos EUA estima que a população total seja de 201.000 (estimativa de Julho de 2017). O gabinete do Bispo da Igreja Católica Apostólica Romana estima que mais de 85 por cento da população seja Católica Apostólica Romana, cerca de 12 por cento, protestante, e menos de 2 por cento, muçulmana. Entre os grupos protestantes destacam-se Adventistas do Sétimo Dia, Metodistas, Assembleia de Deus Evangélica, Igreja Universal de Deus e Igreja Tocoista. O número de muçulmanos aumentou nos últimos 10 anos em decorrência da entrada de migrantes da Nigéria, Camarões e outros países africanos. Alguns cristãos e muçulmanos também aderem a aspectos de crenças indígenas.

Secção II. Situação do respeito do governo relativamente à liberdade religiosa

Quadro jurídico

A Constituição estabelece um Estado secular e consagra a liberdade de consciência, de religião e de culto. Prevê a igualdade de direitos e obrigações, qualquer que seja a crença ou prática religiosa, e a liberdade dos grupos religiosos para ensinarem a sua fé e para se organizarem e às suas actividades de culto. De acordo com a Constituição, estes direitos devem ser interpretados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e podem ser restringidos

apenas nos casos previstos na Constituição ou suspensos durante um estado de emergência ou estado de sítio declarado nos termos da Constituição e da lei.

Os grupos religiosos têm de se registrar junto ao governo. Caso não se registre, o grupo religioso fica sujeito a multas e possível expulsão nos casos de grupos religiosos estrangeiros. Para se registrar, o grupo deve enviar uma carta solicitando a autorização do Ministério da Justiça e Direitos Humanos. Após receber a autorização, deve apresentar os seguintes documentos a um notário público: a carta de aprovação do ministério; os estatutos do grupo; as actas ou o relatório de uma reunião com a participação de representantes do grupo assinados pelo seu presidente e secretário; cópias dos bilhetes de identidade dos participantes na reunião; a lista dos membros do conselho e uma certidão da conservatória atestando a inexistência de outras organizações com o mesmo nome. Após o pagamento dos honorários notariais de 320.000 dobras (USD\$16), publica-se um anúncio no Diário do Governo e o grupo fica autorizado a funcionar plenamente como um grupo registado. Após o registo, o grupo religioso não precisa de renovar o registo. Os grupos religiosos registados recebem os mesmos benefícios, tais como isenções tributárias, das organizações sem fins lucrativos registadas.

O país é parte do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

Práticas do governo

Não houve relatos de acções significativas do governo que afectassem a liberdade de religião.

Secção III. Situação do respeito da sociedade relativamente à liberdade religiosa

Não houve relatos de acções significativas na sociedade que afectassem a liberdade religiosa.

Secção IV. Política e interacção do governo dos EUA

Os EUA não têm uma presença diplomática permanente no país. Os quadros da embaixada dos EUA no Gabão, em visitas periódicas ao país, interagiram com funcionários do governo no Ministério da Justiça e Direitos Humanos e apelaram à continuação do respeito da liberdade religiosa. Os funcionários da embaixada tiveram encontros com líderes religiosos, incluindo o Bispo da Igreja Católica Apostólica Romana, líderes protestantes evangélicos e um imã para discutir o

envolvimento dos grupos religiosos nas questões sociais que afectam as suas comunidades. Os líderes religiosos reafirmaram os bons relacionamentos entre si, que contribuíram para o respeito entre as populações.